

RECURSO ESPECIAL Nº 1.833.043 - RJ (2019/0248177-0)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA
RECORRENTE : BROOKFIELD RIO DE JANEIRO EMPREENDIMENTOS
IMOBILIARIOS 2 S.A
RECORRENTE : TEGRA INCORPORADORA S.A
OUTRO NOME : BROOKFIELD INCORPORAÇÕES S/A
ADVOGADOS : GLEICE MONIQUE FERREIRA ALVES - SP320290
FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES - RJ183218
RECORRIDO : LUZIA REGINA PEREIRA DA SILVA
RECORRIDO : LUIS ANTONIO MEDEIROS
ADVOGADO : RAFAEL DE CAMARGO PACHECO STEINER - RJ148910
AGRAVANTE : LUZIA REGINA PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE : LUIS ANTONIO MEDEIROS
ADVOGADO : RAFAEL DE CAMARGO PACHECO STEINER - RJ148910
AGRAVADO : BROOKFIELD RIO DE JANEIRO EMPREENDIMENTOS
IMOBILIARIOS 2 S.A
AGRAVADO : TEGRA INCORPORADORA S.A
OUTRO NOME : BROOKFIELD INCORPORAÇÕES S/A
ADVOGADOS : GLEICE MONIQUE FERREIRA ALVES - SP320290
FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES - RJ183218

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto por LUZIA REGINA PEREIRA DA SILVA E LUIS ANTONIO MEDEIROS contra decisão que inadmitiu recurso especial por aplicação da Súmula n. 7 do STJ (e-STJ fls. 631/636).

O Tribunal de origem deu parcial provimento ao apelo dos recorrentes e negou provimento ao recurso da recorrida, em julgado que recebeu a seguinte ementa (e-STJ fls. 490/491):

APELAÇÃO CÍVEL. RELAÇÃO DE CONSUMO. AÇÃO COM PEDIDO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADO COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO. ATRASO NA ENTREGA DO IMÓVEL. ALEGAÇÃO DE COBRANÇA ILEGAL DE COMISSÃO DE CORRETAGEM. LUCROS CESSANTES PRESUMIDOS. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA JULGANDO PARCIALMENTE PROCEDENTES OS PEDIDOS. INADIMPLEMENTO INCONTROVERSO. IMPOSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO ENTRE CONDENAÇÃO POR DANOS MATERIAIS (LUCROS CESSANTES) E MULTA CONTRATUAL DE NATUREZA COMPENSATÓRIA. ATUALIZAÇÃO DO SALDO DEVEDOR UTILIZANDO ÍNDICE MAIS FAVORÁVEL AO CONSUMIDOR. INVALIDADE DA COBRANÇA DA COMISSÃO DE CORRETAGEM, VEZ QUE NÃO DEVIDAMENTE INFORMADA AO CONSUMIDOR. RECENTE JULGADO DO EGRÉGIO STJ NO RESP. 1.599.511/SP, SOB O RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS. PERTINENTE A MAJORAÇÃO DA INDENIZAÇÃO PELOS DANOS MORAIS. RECURSO DA PARTE RÉ AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. RECURSO DA PARTE AUTORA AO QUAL SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO.

Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos (e-STJ fls. 541/550).

Superior Tribunal de Justiça

No recurso especial (e-STJ fls. 573/579), fundamentado no art. 105, III, "a", da CF, os recorrentes apontaram ofensa aos arts. 402 e 411 do CC/2002, sustentando que o atraso na entrega do imóvel em construção gera a possibilidade de cumulação da indenização por lucros cessantes com valor previsto em cláusula penal.

Não se ofereceram contrarrazões (e-STJ fl. 622).

No agravo (e-STJ fls. 648/653), foram refutados os fundamentos da decisão agravada e alegado o cumprimento de todos requisitos legais para recebimento do especial.

Não foi apresentada contraminuta (e-STJ fl. 657).

É o relatório.

Decido.

A Segunda Seção desta Corte, ao julgar recentemente os Recursos Especiais n. 1.635.428/SC e 1.498.383/DF (Tema Repetitivo n. 970/STJ), firmou tese de que a cláusula moratória não pode ser cumulada com lucros cessantes, tendo em vista que caracterizam soma de verbas de mesma natureza (compensatórias), nos seguintes termos: "A cláusula penal moratória tem a finalidade de indenizar pelo adimplemento tardio da obrigação, e, em regra, estabelecida em valor equivalente ao locativo, afasta-se sua cumulação com lucros cessantes".

Estando o acórdão recorrido em consonância com o posicionamento firmado em precedente uniformizador desta Corte, impõe-se a aplicação da Súmula n. 83/STJ.

Ante o exposto, NEGOU PROVIMENTO ao agravo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator